



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares

DSATS
A Secretária-Geral
08/09/08
[Handwritten signature]

Ofº nº 9029/MAP - 3 Setembro 08

Exma. Senhora
Secretária-Geral da Assembleia da República
Conselheira Adelina Sá Carvalho
Maria do Rosário Botêo
Adjunta da Secretária-Geral

S/referência	S/comunicação de	N/referência	Data
Ofício nº 1825	04-07-2008	Registo nº 3944	08-07-2008

ASSUNTO: RESPOSTA PERGUNTA N.º 1610/X (3.ª) DE 3 DE JULHO DE 2008, DO SENHOR DEPUTADO AGOSTINHO LOPES (PCP)
- SITUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DE PRODUTORES PECUÁRIOS (OPP) E A SUA CAPACIDADE PARA SUPORTAR AS RESPONSABILIDADES QUE LHE FORAM ATRIBUÍDAS PELO ESTADO

Encarrega-me o Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares de enviar cópia do ofício n.º 1915 de 2 de Setembro do Gabinete do Senhor Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, sobre o assunto supra mencionado.

Com os melhores cumprimentos,

Á DAPLEN
05/09/08
[Handwritten signature]
A Directora de Serviços

[Handwritten signature] A Chefe do Gabinete

[Handwritten signature]

Maria José Ribeiro



SMN

08/09/08

Proc.º n.º 3



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS
Gabinete do Ministro

Proc. 57

GABINETE do MINISTRO
dos ASSUNTOS PARLAMENTARES

Entrada N.º 5601

Data 02 / 09 / 2008

Exma. Senhora
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o
Ministro dos Assuntos Parlamentares
Palácio de S. Bento
1249-068 LISBOA

**ASSUNTO: PERGUNTA N.º 1610/X/(3ª) - AC DE 3 JULHO DE 2008
SITUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DE PRODUTORES PECUÁRIOS (OPP) E A SUA
CAPACIDADE PARA SUPORTAR AS RESPONSABILIDADES QUE LHE FORAM
ATRIBUÍDAS PELO ESTADO.**

Em resposta ao ofício n.º 6949/MAP remetido por V. Ex.ª em 8 de Julho de 2008, relativo ao assunto referenciado em epígrafe, encarrega-me o Senhor Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas de, informar:

A nova Estratégia de Saúde Animal da União Europeia (2007-2013), sob o lema, "*Mais vale prevenir que remediar*" refere que uma partilha adequada dos custos, dos benefícios e das responsabilidades poderia contribuir significativamente para o grande objectivo da estratégia, tendo em conta que a responsabilidade pela saúde dos animais assenta primordialmente nos respectivos proprietários, e colectivamente, no sector em questão.

Por consequência, os proprietários dos animais são quem se encontra melhor colocado para enfrentar a maioria dos riscos das doenças dos animais.

Por outro lado o Plano Nacional de Saúde Animal (PNSA) onde se incluem os planos de erradicação das doenças dos animais é desenvolvido através da realização de um conjunto de acções de carácter profiláctico pelo Estado e pelos criadores.

Compete às OPP colaborarem com a Administração na execução do PNSA, na vigilância das explorações e da presença e controlo das doenças emergentes dos animais.

É atribuída uma subvenção anual, destinada a apoiar a execução das acções constantes nos programas sanitários das OPP, tendo em consideração os efectivos elegíveis de cada exploração.

Entende-se por subvenção a ajuda financeira paga pelo Governo, ao apoio da coordenação e execução do programa sanitário aprovado, no âmbito dos planos de erradicação bem como ao aprovisionamento de meios técnicos e logísticos inerentes à sua realização.

Tendo em conta que a subvenção anual é calculada através de um sistema de modulação dos animais elegíveis financeiramente por exploração e por ano, com valores diferenciados em função de escalões pré-definidos de efectivos e tendo em



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS
Gabinete do Ministro

conta que os efectivos elegíveis de cada OPP são flutuantes de ano para ano, com manifesta tendência decrescente desde há uns anos a esta parte, considera-se que a viabilidade económica de OPP's com poucos efectivos, nomeadamente bovinos, passa pela sua fusão ou agrupamento, numa perspectiva de rentabilização de custos, conforme já se vem a verificar no norte do país, contando com o total apoio da Direcção Geral de Veterinária (DGV).

Quanto à situação específica da OPP de Alenquer informamos que o programa sanitário se encontra aprovado e foi solicitado à entidade pagadora o processamento do pagamento da 1ª tranche.

No que se refere às acções inerentes ao controlo da Língua Azul a OPP de Alenquer recebeu durante o ano de 2008 um total de 7.003,48 Euros, encontrando-se em processamento financeiro 1.443,56 Euros referente a acções realizadas até 25/06/2008, cujo pagamento se prevê para breve.

A este propósito e por solicitação da Câmara Municipal de Alenquer, realizou-se na DGV, no passado dia 4 de Julho, uma reunião conjunta com aquela Câmara Municipal e com representantes da OPP de Alenquer para análise e troca de pontos de vista sobre esta problemática.

Como conclusões desta reunião podemos referir que:

1. As OPP, enquanto entidades que congregam um número representativo de criadores, justificam o papel que têm sido chamadas a desempenhar na aplicação do PNSA, pelo que entende o Governo continuar a assegurar a realização dos protocolos com estas organizações.
2. Embora actualmente os custos associados à execução do PNSA sejam suportados pelo Estado e, numa parcela menor pelos criadores, no futuro, aqueles deverão ser tendencialmente assumidos pela produção, tendo como referência o princípio que se encontra subjacente na criação destas acções, que aponta para uma crescente responsabilização técnica e financeira quer das OPP quer dos produtores associados.
No futuro a associação ou fusão de OPP, será um objectivo tido como determinante para a viabilidade económica destas organizações.

Contudo mais se informa que este ano de 2008 não pode ser considerado um ano de referência, tendo em conta que está a decorrer a reconversão informática dos registos das acções previstas no Programa Sanitário para um sistema informático "on line" que visa facilitar o desempenho de todos os intervenientes no mesmo.

Devido ao grande volume de informação e número de intervenientes, considera a DGV que, tendo em conta o esforço de todos, esta reconversão está a ser efectuada com sucesso.

Esta nova aplicação informativa, que estará totalmente implementada no final do corrente mês, permitirá, aquando do estabelecimento de novos protocolos na sequência da apresentação pela OPP do Programa Sanitário para 2009 diminuir o tempo de pagamento da subvenção da 1ª tranche após a aprovação do Programa Sanitário anual.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS
Gabinete do Ministro

Independentemente deste novo procedimento as OPP's têm tido um acompanhamento permanente e próximo da DGV, através dos seus Serviços Veterinários Regionais (DSVR), nomeadamente no apoio à aprovação dos programas sanitários anuais.

Contudo convém referir que a aquisição de vacinas e desparasitantes referida pela Câmara Municipal de Alenquer tem a ver com doenças de produção que são da responsabilidade dos associados da OPP, tendo em conta que se trata de doenças que não são abrangidas pelos programas de erradicação e têm a ver exclusivamente com o rendimento produtivo, com retornos financeiros *à posteriori*.

A única aquisição de vacina suportada a 100% pelo programa de erradicação, logo pelo Estado, é a vacina da Língua Azul aplicada na área daquela OPP. O Estado também suporta a 100% a vacina contra a brucelose bovina, ovina e caprina, que não está a ser utilizada pela OPP devido ao seu estatuto sanitário favorável.

Quanto à questão do pagamento das marcas auriculares, o Despacho do Senhor Ministro da Agricultura Desenvolvimento Rural e das Pescas n.º 16.841/2003 de 1 de Setembro, determina que a partir desta data os detentores de animais das espécies bovinas, ovina e caprina passem a suportar os encargos inerentes à aquisição das mesmas, visando este procedimento uma maior responsabilização dos detentores dos animais em matéria de identificação animal.

Relativamente às dívidas do Estado do ano 2007 para com as OPP's e de acordo com informação fornecida pelo Instituto Financeiro de Apoio à Agricultura e Pescas (IFAP,IP), entidade que, desde Janeiro deste ano procede ao pagamento das subvenções às OPP's, as dívidas transitadas de 2007 já foram pagas na totalidade, tendo o último pagamento ocorrido em Abril deste ano.

No que se refere aos protocolos para 2008, estes têm sido assinados à medida que os programas sanitários se encontram em condições técnicas de ser aprovados e podemos adiantar que, das 112 OPP's actualmente existentes apenas de 3 delas ainda não foram os respectivos programas recepcionados. Estes programas têm estado a ser remetidos ao IFAP,IP, para efeitos de adiantamento da primeira tranche, sendo de referir que já foram remetidos àquele Instituto pedidos de pagamento de segundas tranches de 16 OPP's.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

(Ana Paulino)